

CORREA, Ana Maria Martinez, *A Rebelião de 1924 em São Paulo*, Hucitec, São Paulo 1976, 201 pp.

José Enio Casalecchi

Anna Matia Martinez Corrêa, professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, demonstra neste livro a sua qualidade crítica de historiadora. “A Rebelião de 1924 em São Paulo”, apresentada inicialmente como tese de doutoramento, contém 2 pontos fundamentais que qualificam favoravelmente o livro. O Primeiro é que a autora partiu de nutrida pesquisa factual. O segundo, igualmente importante, é ter-se munido de categorias teóricas que permitem e iluminam a análise na medida em que vão sendo operacionalizadas. Por isso, a exposição das várias etapas da rebelião é menos um desenrolar de fatos em que o referencial seria a cronologia dos acontecimentos e mais a busca do sentido da revolta.

Partindo da noção de formação social (compromete-se com o conceito de modo de produção) a A. busca visualizar os problemas básicos dessa “formação social periférica” que possam ajudar a análise. Aponta as características desta “formação social” focando mais de perto a conjuntura paulista. Para a autora, a estrutura social resultava de “uma sociedade formada por uma burguesia diferenciada em frações: agrária, comercial, industrial e financeira, contrapondo-se a um operariado ainda em vias de organização, no nível da “classe em si” (p. 10). As frações burguesas não divergem em profundidade entre si, o que não cria as possibilidades de choques “intra burgueses” que venham por a ordem em perigo. As camadas médias atreladas às frações burguesas não aguçam as oposições. Estas se faziam mais ao nível das oligarquias regionais (ligando-se ao “processo histórico de ocupação da terra”), em que a prática dos partidos realizava os interesses das “oligarquias regionais” nem sempre coincidentes.

Oposições que de fato não levam a antagonismos profundos.

Ao fazer esta caracterização, o objetivo da autora, segundo nosso modo de ver, é procurar a qualidade dos antagonismos subjacentes a esta formação social. Não é possível vislumbrar, pela análise, uma camada, classe ou fração de classe com suficientes necessidade e poder para colocar a estrutura vigente em causa. A maior virulência poderia vir do movimento operário. No entanto este, ainda sob a forma de “Classe em si”, só poderia se interessar por uma proposta de mudança da ordem que retivesse, em essência, as suas reivindicações da época, como aponta a A. “centradas sobre o problema da luta econômica, nas dificuldades dos trabalhadores diante do baixo nível salarial e na falta de garantias que caracterizava esse regime de trabalho” (p.160).

Nesta formação social, o Estado, organizado para preservar as relações de produção, caracteriza-se por uma hipertrofia do poder executivo, além de uma prática política (a dos PRs) que conferia o poder aos produtores indiretos, liga-

dos ao setor de exportação. Ao caracterizar a estrutura social e o Estado oligárquico (dentro da formação social em análise) a A. procura reter a ação das forças armadas, isto porque o movimento em causa será proposto e liderado por “rebeldes militares”.

Ao definir a ação dessas forças a A. afirma que “... no plano federal, a organização das forças armadas servia aos interesses dos grupos oligárquicos hegemônicos, representados pelos três Estados (Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais), no plano estadual as forças públicas representavam os interesses das frações de classe dominante, ligadas ao partido oligárquico da região” (p.27). As classes dominantes, agem através das forças repressivas “que mantêm o relacionamento entre as classes” e dos partidos políticos (PRP, PRM e PRR), os dois cacos do mesmo vaso, instrumentos de preservação do poder oligárquico. Ainda mais, a A. descarta a possibilidade de se identificar as forças armadas como representantes políticos dos setores médios nos movimentos contestadores (p.20).

Ficam, a partir daí, dadas todas as condições para a necessária análise dos fatos levantados pela autora. As naturezas da estrutura social, da composição e ação do Estado e das forças armadas desta formação social estão definidas.

Caracterizada a formação social fica inteligível a ação rebelde que se prende em “um círculo de ferro” em razão dos limites de suas propostas. Senão vejamos: buscam soluções dentro de uma perspectiva jurídico-política, propugnando por “modificações de bases políticas”, atacam o governo ao mesmo tempo que propõem o respeito à constituição, colocam-se ao lado do povo cuja soberania seria dada pela adoção do voto secreto, propõem o nacionalismo e a centralização do poder. Enfim, a restauração da República e não “uma situação nova”.

Com lente de curto alcance (e não poderia ser diferente) os grupos rebeldes não são suficientemente capazes de visualizar os descontentamentos apontados pela autora que pipocam nos planos Estadual e Federal. O círculo de ferro se fecha para os rebeldes ao não se mostrarem sensíveis ao seus argumentos senão restritos setores médios (comerciários, estudantes, professores, funcionários), ao estabelecerem contactos meramente epidérmicos com o movimento operário e ao proporem (com tais recursos) uma ação de âmbito nacional. Sabe-se, no entanto, que o otimismo é sempre necessário a uma rebeldia.

Quando, no decorrer da refrega, os saques, depredações levam as “classes conservadoras” ao temor das manifestações bolchevistas, pregando a necessidade da ordem, no que são seguidas, ao final, pelos rebeldes, o poder de contestação caminha para o seu estertor.

Esta ligação dos conservadores (Associação Comercial, Centro Industrial, Sociedade Rural, Associação de Bancos) aos rebeldes dá às ações aparentes contradições: a criação da Guarda Municipal para a defesa da cidade liga rebeldes e autoridades municipais; o convite a Abílio de Noronha (prisioneiro dos rebeldes) para entrar em contacto com as forças legalistas que ameaçam bombardear São Paulo; a saída constitucional proposta por Isidoro Dias Lopes (líder rebelde) na substituição do presidente por Prudente de Moraes; o convite a Fernando Prestes (vice presidente do Estado) para assumir o poder, etc.

Contradições de mera aparência, pois há uma coerência interna no movimento dada pela necessidade de se “preservar a ordem” e de se “defender a pro-

---

priedade.” Os setores conservadores penetraram no círculo das decisões rebeldes acarretando atitudes cada vez menos radicais dos revoltosos que acabam por abandonar São Paulo procurando levar a revolução para o interior. As poucas adesões que, a partir daí, o movimento tem não são suficientes para romper a estrutura tradicional (coronelística) de poder. Veja-se a união Ataliba Leonel, Washington Luís e Fernando Prestes organizando a resistência em Itapetininga.

Ao estudar este movimento, a autora, segundo o nosso entender, busca explicar a *natureza* da rebeldia.

Por isso não vamos encontrar aí um mero relato dos fatos o que é comum em estudos desta natureza. A busca a que se propõe a autora tem como referenciais básicos: as relações de produção, as estruturas sociais, o papel e ação do Estado, permitindo, na análise dos fatos, precisar limites, evidenciar contradições, perceber por isso mesmo a *unidade* do movimento. Por isso estamos diante de um livro importante.